

Imagen, memória e representação dentro da experiência do Vale Dourado - Erechim/RS

Mateus André Zagonel¹

Introdução

A expressão simbólica da identidade através da arquitetura é um fenômeno recorrente e que aponta sempre para discussões sobre pertencimento e reconhecimento de um grupo no espaço em relação a outro. Esse jogo de visibilidade e representação implica a sustentação cultural do grupo enquanto os demais podem encontrar-se sobrepostos.

O surgimento de uma rota turística na cidade de Erechim – RS com equipamentos dotados de elementos estéticos em suas fachadas e representantes da arquitetura produzida pelos imigrantes italianos logo após o assentamento destes no estado levanta algumas reflexões sobre a percepção desses objetos dentro da paisagem em que se inserem, o Vale Dourado. São equipamentos que servem à atividade turística que tem se desenvolvido no lugar e que vêm transformando a paisagem e se estabelecendo como uma dinâmica concreta de turismo cultural. Como é comum nessa categoria de turismo, o espaço é organizado afim de apresentar uma série de símbolos que representam o grupo étnico em questão e no caso da rota do Vale Dourado a etnia italiana é a principal força de expressão na paisagem. A arquitetura é o primeiro contato dos visitantes com a experiência cultural do espaço e curiosamente não são edifícios restaurados ou resgatados do desgaste no tempo, são equipamentos novos construídos a partir de 2012 e que reproduzem em suas fachadas elementos estéticos que evocam o passado da arquitetura vernacular desse grupo no estado do Rio Grande do Sul.

Este trabalho busca discutir como a representação desse grupo através da materialidade simbólica ganha força de expressão e atua sobre o espaço estabelecendo novas dinâmicas sociais ligadas a identidade, a região e as

¹ Graduado em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade de Passo Fundo, possui especialização em Arquitetura Comercial e Interiores. Faz parte do Programa de Pós-Graduação Mestrado em História da Universidade de Passo Fundo e tem interesse na pesquisa de temas relacionados com a memória, patrimônio e identidades.

fronteiras objetivas e subjetivas. A linha condutora do texto tem por base o conceito de representação apresentado pelo sociólogo Pierre Bourdieu no livro intitulado: O poder simbólico (1989).

Imagem e Representação

O turismo cultural tem se expandido e reproduzido experiências cada vez mais imersivas que em sua diversidade unem-se na busca por fortes conexões com os visitantes através dos interesses pessoais, da história, cultura ou até mesmo das memórias de cada indivíduo. O fator da etnicidade tem sido uma constante na criação e resgate de espaços ou tradições de grupos que possuem uma identidade histórica marcante dentro de determinados contextos sociais que possibilitam o surgimento de equipamentos dedicados a lembrar tal cultura e apresentá-la através do turismo para a comunidade local e aos visitantes.

Estas novas expressões no espaço ganham relevância a partir da aderência com o local e o interesse externo despertado sobre as experiências oferecidas. Tornam-se referência para a verificação das memórias coletivas presentes e desejosas de perpetuação no tempo e espaço e recebem força de promoção através do espaço físico construído/reconstruído para esse fim. A imagem enquanto representação simbólica desempenha papel essencial nos contextos onde existe a intenção de reforçar determinadas estruturas e identidades afim de potencializar a percepção do espaço através da cenografia.

A materialidade da arquitetura atua como um importante instrumento na concepção de espaços que possibilitem a imersão cultural ideal para que os visitantes conheçam com profundidade determinadas etnias ou grupos e sua identidade característica. A profusão e crescimento dessas experiências acaba por abraçar espaços que genuinamente conseguiram resgatar edifícios com valor cultural para o contexto local e que até mesmo podem ser considerados patrimônio cultural daquela região, ainda que não tenham o reconhecimento legal dos órgãos que efetivam esses documentos. Diante disso também surgem composições novas na paisagem que valendo-se da arquitetura e dos símbolos de uma cultura, recriam através de edificações ou elementos estéticos a atmosfera ou as memórias do passado que representam grupos ou momentos históricos importantes.

Uma nova rota turística que se propõe a resgatar a estética através da arquitetura e as tradições através de diversos equipamentos representantes da etnia italiana e sua história em uma cidade do sul do Brasil precisa fazer uso do valor da imagem para apresentar e representar a identidade que sustenta, e a sua permanência e concretização no espaço depende da participação local, do sentimento de pertencimento e atuação conjunta. Como afirma Bourdieu (1989, p.108) “uma realidade que, sendo em primeiro lugar, representação, depende tão profundamente do conhecimento e do reconhecimento”.

A cidade de Erechim no norte do estado do Rio Grande do Sul tem percebido o surgimento de uma rota turística sobre a paisagem do Vale Dourado, região montanhosa localizada no fim da área urbana e por onde passa a rodovia ERS420 que liga Erechim com a cidade de Aratiba. É uma paisagem natural reconhecida no contexto local por sua beleza e pela possibilidade de contemplação através de alguns mirantes, além da própria rodovia que atravessa o vale. Desde o ano de 2012 alguns equipamentos têm sido instalados sobre esse espaço e oferecendo atividades ligadas ao lazer e a gastronomia, constituindo com a concretização desse espaço uma experiência de turismo cultural bem consolidada. Inicialmente impulsionada pela população local residente no vale Dourado, e com a resposta positiva sobre o potencial turístico desse lugar recebe o reconhecimento do governo municipal vindo a constar nos canais de divulgação da própria prefeitura de Erechim. A característica comum entre esses objetos que compõem a rota é o uso de elementos estéticos em suas fachadas, representantes da arquitetura produzida pelos imigrantes italianos no início do assentamento desses sobre o espaço do então estado do Rio Grande do Sul.

A rota está constituída por restaurantes, cafés coloniais, uma pousada e algumas residências que recebem e comercializam produtos da agricultura familiar com os visitantes. Ela faz parte de um esforço recente que parte da população local e tem obtido sucesso e ganhando forma com a inserção de novos equipamentos que estão estruturando essa rota. A rota do Vale Dourado tem se concretizado na história da comunidade local através do valor simbólico que traz para o espaço com suas práticas: a gastronomia ofertada nos restaurantes e cafés relembrar os pratos das etnias fundadoras da cidade, assim também são as opções de lazer, como os passeios a cavalo, e a arquitetura dos

equipamentos é claramente uma homenagem ao passado com construções repletas de elementos da arquitetura vernacular italiana.

O representante mais significativo dessa experiência é o complexo da Vila Trentin, composto por uma pousada, um restaurante, um espaço para realização eventos e dois espaços com comércio de móveis, peças de decoração e artesanato. Suas construções trazem em seu interior e mais claramente em suas fachadas o uso de elementos característicos da arquitetura vernacular italiana, praticada pelos imigrantes quando da sua chegada na região.

A arquitetura desenvolvida pelos imigrantes italianos no estado do Rio Grande do Sul evoluiu com o tempo e historicamente seu estudo é dividido em fases que abrangem desde o assentamento dos imigrantes nas novas terras até o estabelecimento das cidades que se formaram a partir do crescimento da população. A arquitetura reproduzida nos equipamentos da rota turística Vale Dourado é representante da última fase da arquitetura vernacular italiana, popularmente conhecida como fase do Apogeu, e a mesma é caracterizada pelas casas erguidas em madeira, com coberturas de duas águas e telhas de barro, muitas vezes não pintadas. A parte inferior da casa geralmente era construída em pedra e possuía um “porão” (pavimento térreo da casa) com piso de terra batida e as aberturas costumavam ser estreitas. Os beirais eram decorados com placas de madeira recortada em diversos formatos, conhecidos como lambrequins, uma característica muito forte da arquitetura vernacular italiana.

São justamente esses elementos que, detentores da expressão simbólica direta desse estilo de arquitetura, são utilizados nos equipamentos que estão surgindo no conjunto desse espaço. Os beirais em madeira com os recortes decorativos – lambrequins – a composição dos telhados com duas e quatro águas, o porão construído em pedra e a disposição das esquadrias nas fachadas a partir do princípio da simetria compõem o material simbólico expoente dentro dessa experiência sobre o Vale Dourado.

A aderência da população local e do turismo sobre essa nova experiência na cidade aponta a verificação de uma relação afetiva entre os indivíduos e a representação das memórias destes através dos elementos estéticos produzidos nas fachadas dos novos equipamentos que compõem a rota do Vale Dourado.

A imagem enquanto representação pode construir uma cenografia em contextos onde aspectos ou elementos produzidos no passado são trazidos para

a atualidade e reconstruídos afim de lembrar ou reforçar a identidade ou cultura de um grupo. Como argumenta Gonçalves (1988, p. 269), “é preciso perceber que em alguns equipamentos da paisagem o aspecto de recriação é mais forte que o aspecto de herança”, ou seja, é notável que em muitas experiências novas de preservação/resgate do espaço físico sob a justificativa de reconstrução da identidade de uma etnia, existem equipamentos meramente reproduzidos para a criação de um cenário do passado, valendo-se de aspectos estéticos ou simbólicos para a representação no espaço de algo que se deseja reviver ou enaltecer, excluindo a necessidade da originalidade da herança sobre o equipamento. É importante o cuidado com a autenticidade desses objetos que buscam representar a materialidade do passado e são lidos pelos visitantes como monumentos de uma época que já não existe e que apresenta a identidade de um grupo para que essa justificativa primordial da reconstrução não seja superada no tempo com a cenografia espetacularizada que serve ao turismo e que muitas vezes produz espaços e objetos alegóricos.

Enquanto momento inicial dessa experiência na cidade de Erechim, percebe-se uma vontade legítima dos grupos locais em promover as memórias reconhecidas naquelas edificações e aquilo que representam dentro da história, ainda que garantidos fisicamente através da atividade turística, estes se envolvem em um sentimento de orgulho em apresentar tais memórias aos visitantes e assim também no desejo de estender essa prática as gerações futuras. Essa vontade de transmissão da memória, da memória coletiva, como a própria palavra sugere, depende da atuação conjunta de um grupo em um espaço de tempo onde um sentimento comum de difusão de lembranças se reforça e se propaga, como é possível corroborar com a opinião de historiadores como Pierre Nora que defende que os lugares de memória podem ser entendidos “como sinais de reconhecimento e de pertencimento de grupo numa sociedade que só tende a reconhecer indivíduos iguais e idênticos” (apud GONÇALVES, 2015 p. 32), assim também, Claudine Badalotti aponta em sua pesquisa sobre a cidade de Antônio Prado - RS e a rota Caminhos de Pedra em Bento Gonçalves – RS experiência semelhante à rota do Vale Dourado, a importância da atuação local na experiência do patrimônio e a verificação do sentimento de pertencimento sobre o espaço quando afirma que,

Esses lugares somente se constituem em espaços de preservação de uma memória quando a comunidade assim os reconhece. O sentimento de pertencimento é muito significativo para a memória coletiva, incorporando muitas vezes a necessidade de ancorar um grupo a alguma coisa que permita a sua continuidade, tanto no futuro quanto no passado. (BADALOTTI, 2015, p.123)

Esses equipamentos representantes do passado e remanescentes na paisagem, o hotel, o restaurante, os pequenos comércios configuram hoje na categoria de monumentos e traçam a continuidade da memória coletiva da cultura e etnia italiana na atualidade. Como aponta Gonçalves (1988, p. 268) “os monumentos são considerados parte orgânica do passado e, na medida em que os possuímos ou os olhamos, estabelecemos, por seu intermédio, uma relação de continuidade com esse passado”. É importante lembrar que a preservação do caráter próprio, enquanto identidade do lugar, é essencial na instalação de equipamentos novos, uma vez que a diretriz mais consistente nessas construções é a promoção do poder cultural da sociedade do entorno imediato. Como destaca Gonçalves (2002, p. 45), “a poesia de uma igreja brasileira do período colonial é, para nós, mais comovente do que a do Partenon”. A reflexão é pertinente, porque reconhece o valor simbólico que os monumentos possuem dentro das sociedades e como a associação destes com a memória coletiva permite que até mesmo as gerações que não vivenciaram o momento do seu surgimento sintam-se identificadas ou representadas como uma extensão de suas próprias vidas.

O conceito de lugares de memória apresentado por Pierre Nora (1993), identifica-os como espaços com forte caráter simbólico e plenos de referências culturais ligadas ao passado daquele lugar e daquela sociedade. Estes espaços reúnem a simbologia e valores dos grupos que ali habitam e, portanto, funcionam como marcos da identidade e das tradições culturais destes que dedicam algum vínculo afetivo ao espaço. Por possuírem um sentido emocional as pessoas desenvolvem um sentimento de pertença por estes lugares e sentem-se integradas ao espaço, impulsionando a vontade de mantê-los íntegros, preservando-os dentro do tempo.

A força simbólica do lugar e o fator identitário que se expressa sobre ele constroem a personalidade do espaço e determinam o fluxo turístico que este receberá. Os lugares de memória ainda que sejam mais facilmente exemplificados por construções ou monumentos não se restringem a arquitetura, portanto, podem ser entendidos como espaços vivos da memória cultural individual ou coletiva, possuidores de forte caráter simbólico que representa a identidade dos seus e possibilita também a perpetuação desta identidade no tempo, mas essencialmente estes lugares são espaços de onde a memória sempre poderá ser evocada quando houver vontade de lembrar, como aponta Nora (1993, p. 7), “são lugares onde a memória se cristaliza e refugia”. Representações culturais como a concretização dessa rota dentro da cidade de Erechim servem também para endossar ainda mais o sentimento de pertencimento coletivo do equipamento e da própria história. Essas novas edificações constroem a paisagem como imagem do passado e potencializam memórias, consequentemente fortalecem Erechim como lugar de memória e lugar para preservação cultural.

Historicamente, a atividade turística ligada ao patrimônio cultural arquitetônico evoca a memória como potencial de atração dos visitantes interessados em conhecer e vislumbrar o passado através de monumentos preservados. Isso acontece porque, conforme destaca Tedesco, (2014, p. 79) “os monumentos são sempre mediadores de memória. Glória, fama, alegoria, valor cultural, social e político, histórico, controle social, poder, regionalismo, aspirações políticas, são algumas das expressões mediadas pelo monumento de memória”. Todos esses sentimentos podem ser revisitados a partir da contemplação dos monumentos preservados junto a sua história, ou então junto aos equipamentos novos recriados a partir das mesmas linguagens estéticas históricas. A percepção dos observadores sobre o objeto, ainda que seja o “novo”, pode despertar, através da memória, sentimentos de pertencimento e autoafirmação da própria história.

Todo o material simbólico imbricado no contexto de um espaço como a rota turística do Vale Dourado potencializa a identidade étnica predominantemente ali representada e fortalece a representação social desse grupo na cidade e região, como expõe Pierre Bourdieu,

A procura dos critérios objetivos de identidade regional ou étnica não deve fazer esquecer que, na prática social, estes critérios (por exemplo, a língua, o dialeto ou o sotaque) são objeto de representações mentais, quer dizer, de atos de percepção e de apreciação, de conhecimento e de reconhecimento em que os agentes investem os seus interesses e os seus pressupostos, e de representações objetais, em coisas (emblemas, bandeiras, insígnias, etc.) ou em atos, estratégias interessadas de manipulação simbólica que tem em vista determinar a representação mental que os outros podem ter destas propriedades e dos seus portadores. (BOURDIEU, 1989, p.112)

Os usuários que visitam tais equipamentos, que em seu conjunto compõem a rota, entram em contato com diversos elementos da cultura étnica desse grupo e através das experiências oferecidas sejam elas a gastronomia, as atividades de lazer e até mesmo a experiência visual com os objetos arquitetônicos constroem e fortalecem a representação do grupo no espaço e a sua perpetuação no tempo, consequentemente sobrepondo-se as demais culturas que disputam esse território e que por possuírem menor força de expressão são expostas a um risco maior de invisibilização ou apagamento no espaço/tempo. A transformação da paisagem natural do Vale Dourado com a instalação de objetos arquitetônicos que apresentam em suas fachadas elementos estéticos característicos de um grupo étnico e a verificação do potencial de aderência do contexto local e regional com tal experiência acaba por construir um referencial sobre o uso de elementos simbólicos praticados no turismo cultural atual. Como aponta Bourdieu (1989, p. 112) “as propriedades (objetivamente) simbólicas, mesmo as mais negativas, podem ser utilizadas estrategicamente em função dos interesses materiais e simbólicos do seu portador.” A possibilidade de ocupação sobre o espaço e a construção de símbolos nesse contexto também pode ser entendido como um instrumento de poder que influencia no assentamento cultural do grupo sobre o tempo e dentro da história, essas práticas de reconstrução de símbolos e tradições reativam o

jogo da memória coletiva que atua como força de perpetuação da identidade na sociedade. Bourdieu expõe esse fato ao escrever que:

As lutas a respeito da identidade étnica ou regional, quer dizer, a respeito de propriedades (estigmas ou emblemas) ligadas à origem através do lugar de origem e dos sinais duradouros que lhes são correlativos, como o sotaque, são um caso particular das lutas das classificações, lutas pelo monopólio de fazer ver e fazer crer, de dar a conhecer e de fazer reconhecer, de impor a definição legítima das divisões do mundo social e, por este meio de fazer e desfazer os grupos. Com efeito, o que nelas está em jogo é o poder de impor uma visão do mundo social através dos princípios de divisão que, quando se impõem ao conjunto do grupo, realizam o sentido e o consenso sobre o sentido e, em particular, sobre a identidade e a unidade do grupo, que fazem a realidade da unidade e da identidade do grupo. (BOURDIEU, 1989, p.113)

A concepção de um grupo enquanto um conjunto cria a sensação de unidade e dentro do espaço fortalece a ideia de comunidade, espaço de atuação e criação, cidade e por fim região. Toma-se o fato de unidade através das semelhanças culturais como base, a unificação do grupo com a identidade e a definição e separação no espaço enquanto região através da cultura e não dos limites naturais geográficos. Esse jogo, que não é estático, implica o entendimento da dinamicidade desse conceito, uma vez que assim como sugere Bourdieu (1989, p.115), “cada um está de acordo em notar que as regiões delimitadas em função dos diferentes critérios concebíveis (língua, habitat, tamanho da terra, etc.) nunca coincidem perfeitamente. A cultura atravessa o tempo exposta as dinâmicas de poder políticas, sociais e econômicas e exposta a isso se modifica e se restitui. Esse fenômeno tem consequências diretas sobre o espaço definido enquanto grupo ou região. É também pertinente perceber que,

A etimologia da palavra região (*regio*), tal como a descreve Emile Benveniste, conduz ao princípio da divisão, ato mágico, quer dizer, propriamente social, de diacrisis que introduz por decreto uma descontinuidade decisória na continuidade natural (não só entre as regiões do espaço, mas também entre as idades, os sexos, etc.). (BOURDIEU, 1989, p.113)

O conceito de região lido como grupo e unidade também pode ser entendido como fenômeno de divisão e diferenciação das escalas e contextos que faz parte e se relaciona. O mesmo grupo que mantém sua identidade coesa sobre esse conceito também existe através do conflito com os outros grupos que estabelecem suas fronteiras afim de proteger ou fazer prevalecer suas características, tradições e representações no tempo e na paisagem. Esse movimento de expressão é produto de um estado de organização do grupo que atua transformando, conservando ou expandindo os símbolos que para ele são relevantes em cada época. Esse movimento conhecido como regionalismo é também desenvolvido por Bourdieu quando escreve,

O regionalismo (ou o nacionalismo) é apenas um caso particular das lutas propriamente simbólicas em que os agentes estão envolvidos quer individualmente e em estado de dispersão, quer coletivamente e em estado de organização, e em que está em jogo a conservação ou a transformação das relações de forças simbólicas e das vantagens correlativas, tanto económicas como simbólicas; ou, se se prefere, a conservação ou a transformação das leis de formação dos preços materiais ou simbólicos ligados às manifestações simbólicas (objetivas ou intencionais) da identidade social. (BOURDIEU, 1989, p.124)

A força de expressão da identidade do grupo que mantém a região ou toma como relevante o espaço onde se relaciona é garantida pela dinâmica criada nesse contexto e pelo impacto direto sobre os usuários que fazem parte do mesmo grupo e sobre aqueles que se relacionam indiretamente com a região. Como afirma Bourdieu, (1989, p.116) o discurso regionalista fortalece a dinâmica de imposição no espaço das fronteiras que constituem a região e faz conhecer aos que estabelecem relações com o mesmo os limites através do reconhecimento e diferenciação. A experiência do Vale Dourado eleva a percepção sobre os símbolos que representam a etnia italiana dentro da cidade de Erechim, estabelece um novo referencial através da arquitetura, da gastronomia e todas atividades oferecidas aos visitantes com a oportunidade de conhecer determinada cultura e reconhecer sua força dentro do grupo e da cidade. Essa expressão cultural também se expande e faz perceber com mais intensidade, ainda que indiretamente, os demais exemplos de turismo cultural que acontecem dentro do estado do Rio Grande do Sul e que mantém relações de proximidade através da cultura, do turismo e das experiências oferecidas. Essa ligação com o passado através da arquitetura reconhecida como patrimônio histórico em diversas cidades do estado e o direcionamento como foco para tais expressões físicas, também são partilhadas na rota Caminhos de Pedra em Bento Gonçalves, na cidade de Antônio Prado e em alguma escala no conjunto Gramado e Canela, ainda que neste último exemplo o apelo comercial tenha descaracterizado significativamente a questão cultural da experiência oferecida ao visitante.

A profusão de símbolos instalados sobre as cidades de Gramado e Canela apresentam tamanha diversidade de culturas que facilmente o visitante pode ser tomado, antes do reconhecimento cultural daquelas expressões, pelo sentimento do espetáculo e confusão, uma vez que não mais as etnias alemã e italiana são o foco exclusivo do turismo ali oferecido. Perde-se a possibilidade de interpretação da cultura em virtude do exacerbado apelo visual das fachadas e dos equipamentos como um todo, que em alguma escala obriga o visitante e observador a movimentar-se mais e refletir menos. Ainda que se entenda que o foco do turismo sobre a região tenha se transformado com o tempo é pertinente pensar sobre como o discurso emitido tem relevância sobre os usuários e suas percepções. Bourdieu (1989, p.120) ressalta que os enunciados sobre a região sempre funcionam como argumentos que reconhecidos em suas

escalas podem contribuir para fortalecer ou prejudicar o acesso ao reconhecimento da região e consequentemente da sua existência no tempo.

Os conflitos que acontecem sobre o espaço moldam continuamente os limites que os grupos ocupam e a percepção das regiões, assim como Bourdieu (1989, p.115) afirma, “a fronteira, esse produto de um ato jurídico de delimitação, produz a diferença cultural do mesmo modo que é produto desta: basta pensar na ação do sistema escolar em matéria de língua para ver que a vontade política pode desfazer o que a história tinha feito.”

O surgimento dos equipamentos que compõem hoje a rota do Vale Dourado se deu a partir da participação da comunidade local, os moradores atuantes sobre a paisagem percebendo a experiência positiva após a instalação da Villa Trentin, (equipamento composto por um restaurante, espaço de eventos e um hotel) a qual teve uma aceitação muito positiva no contexto, sentiram-se motivados a compor outras propostas que ajudaram a construir o conjunto de atividades da rota. Destaca-se aqui a atuação conjunta de um grupo sobre uma demanda nova que recebe a positivação necessária do contexto em que se insere para concretizar-se e continuar se expandindo. O engajamento local passa também por uma sensação de pertencimento com aquela atividade, o uso das características estéticas das fachadas não tem sentido de imposição ou regra, mas a partir da positivação e composição na paisagem torna-se também expressão cultural daquele grupo que o apreende e reconstrói. A construção desses símbolos sobre a paisagem até então natural representa um fenômeno de participação concreta de um grupo que percebe na materialidade a possibilidade de expressão dele mesmo. A existência do grupo dentro do espaço/tempo está continuamente condicionada aos agentes que emitem o discurso e detém o poder simbólico para o fazer, e depende da aderência do coletivo que o compõe. Como esclarece Bourdieu,

O efeito de conhecimento que o facto da objetivação no discurso exerce não depende apenas do reconhecimento consentido aquele que o detém; ele depende também do grau em que o discurso, que anuncia ao grupo sua identidade, está fundamentado na objetividade do grupo a que ele se dirige, isto é, no reconhecimento e na crença

que lhe concedem os membros deste grupo assim como nas propriedades econômicas ou culturais que eles têm em comum, pois e somente em função de um princípio determinado de pertinência que pode aparecer a relação entre as propriedades. (BOURDIEU, 1989, p.117)

O coletivo dentro do grupo estabelece a força de mobilização e atuação dentro das lutas pela manutenção dos símbolos e sua permanência no tempo, com isso entende-se que o sentimento de pertença é vital para que essa unidade se mantenha e atue de forma conjunta. É através desse reconhecimento que a região se consolida e se mantém e é também por isso que os agentes buscam sempre fortalecer o ser/pertencer social dos indivíduos, como afirma Bourdieu (1989, p.124) “nesta luta pelos critérios de avaliação legítima, os agentes empalam interesses poderosos, vitais por vezes, na medida em que é o valor da pessoa enquanto reduzida socialmente à sua identidade social que está em jogo.” O sentimento de pertencimento advém de um jogo complexo de fatores que entrelaçados constroem a identidade coletiva de um grupo ou etnia, esse ser social pode ser despertado através da arquitetura vista em uma fachada com seus elementos característicos de um estilo, um momento dentro da história, mas também através da língua, de palavras específicas, da gastronomia, das cores de uma bandeira, entre outros tantos símbolos possíveis. Como descreve Bourdieu,

Nada há de menos inocente do que a questão, que divide o mundo douto de saber se se devem incluir no sistema dos critérios pertinentes não só as propriedades ditas objetivas (como a ascendência, o território, a língua, a religião, a atividade econômica, etc.), mas também as propriedades ditas subjetivas (como sentimento de pertença, etc.), quer dizer, as representações que os agentes sociais têm das divisões da realidade e que contribuem para a realidade das divisões. (BOURDIEU, 1989, p.120)

Na experiência do Vale Dourado os objetos arquitetônicos assumem o protagonismo enquanto primeiro contato com identidade do grupo expresso naquele lugar, ainda que não sejam equipamentos preservados e dotados da qualidade de herança do passado, mas sim reproduções de uma estética recriada, eles ativam na memória coletiva local uma cultura de forte expressão para o contexto, fortalecem a identidade do grupo e expõem aos usuários externos uma realidade já vivida e remodelada. A potencialidade dos objetos na transmissão da memória está condicionada assim como a preservação destes no tempo aos jogos de poder e dinâmicas sociais de cada época. A verificação e valorização das suas características e a garantia da perpetuação na memória e registro na narrativa histórica é fruto de um trabalho complexo que é assumido em conjunto pela comunidade com apoio daqueles que orientam as escolhas. Como afirma João Carlos Tedesco (2013, p. 346) “não é incomum no meio social a produção do esquecimento ou do silêncio para ajustar o passado com as intenções/ressentimentos, ainda consequentes, do presente e das perspectivas futuras”.

A identidade enquanto processo de construção e recuperação da questão étnica se constitui em fator de resistência frente ao mundo globalizado que força uma generalização dos padrões e culturas e o apagamento das individualidades. Ainda que a identidade possa ser entendida como algo vulnerável as ações do contexto e do espaço e inconstante dentro do tempo, tem-se a sensação de preservação da identidade do passado com a reprodução de equipamentos ou tradições fundamentadas na memória daqueles que buscam reproduzir uma época já passada.

Sabemos que não existe uma cultura italiana no Brasil, mas sim uma cultura de raízes italianas fruto do processo de hibridismo cultural que se produziu no estado do Rio Grande do Sul com a chegada dos imigrantes e seu assentamento no espaço e construção da história com a formação de muitas cidades. A prática crescente do turismo cultural enquanto força de afirmação de identidades e atividade econômica é reforçada também por Tali Hatuka (2017, p. 49) quando afirma, “em diversos casos, a memória tornou-se um produto de consumo que é experimentado no acesso ao lugar”.

O resgate e preservação de espaços e memórias tem incentivado e alimentado a atividade turística que além da produção econômica representa o

reavivamento de tradições já em desuso e a reprodução de elementos da arquitetura também obsoletos nas construções comuns da cidade e espaço rural. Elementos que são resgatados nesse esforço de reconstruir uma identidade característica de uma etnia e que possibilitam a cenografia do passado aos visitantes e usuários locais. Esse ato de lembrar constitui também um ato político, como é possível verificar no trecho, “há uma dimensão política e deliberada do lembrar e do esquecer. [...] o esquecimento possui uma função social, assim como a possui a memória como expressão de uma história comum, de garantir uma identidade coletiva”, (TEDESCO, 2013 p. 348). A produção de um espaço de memória através de práticas ou da construção de objetos ainda que inicialmente servindo a atividade turística constitui um importante vetor de lembrança sobre o contexto em que se insere e recebe o poder de expressão da memória coletiva do grupo que representa. Como corrobora Bourdieu,

Sabe-se que os indivíduos e os grupos investem nas lutas de classificação todo o seu ser social, tudo o que define a ideia que eles têm deles próprios, todo o impensado pelo qual eles se constituem como nós por oposição a eles", aos outros e ao qual estão ligados por uma adesão quase corporal. É isto que explica a força mobilizadora excepcional de tudo o que toca a identidade. (BOURDIEU, 1989, p.124)

A preservação da identidade de um grupo perpassa a vontade de manter íntegra a cultura e os objetos remanescentes no espaço e impulsiona a recriação de equipamentos que se transformam em lugares de memória, lugares de atuação ativa do grupo que mantém viva a identidade que os reconhece como unidade. Essa representação no contexto social através da materialidade faz perceber também a distinção do coletivo frente as demais culturais que convivem no espaço, mas que perceber o diferente é reconhecer que ele existe, é a constatação de “o fato de estar em jogo, nas lutas pela identidade, esse ser percebido que existe fundamentalmente pelo reconhecimento dos outros.” (BOURDIEU, 1989, p.117)

Da mesma forma que a memória coletiva está condicionada a aqueles que a reproduzem e dentro disso entende-se também aqueles que a esquecem espontaneamente ou deliberadamente, os objetos arquitetônicos, os símbolos e a expressão cultural também ficam condicionados aos interesses dos grupos que detém o poder de decisão nas diferentes épocas. Com isso, entende-se que tanto os objetos quanto as identidades culturais são fatores essencialmente vulneráveis e a sua permanência no tempo e espaço dependem de uma série de fatores que podem ou não manter, esquecer, proteger ou destruir. A percepção dos objetos enquanto representação da identidade é fruto dos valores que lhe são atribuídos dentro do contexto social em que existem, ou seja, dependem exclusivamente dos grupos que os tem como posse. Portanto a materialidade tem papel fundamental na caracterização simbólica do grupo no espaço e Bourdieu (1989, p.118) expõe isso ao escrever “o mundo social é também representação e vontade, e existir socialmente é também ser percebido como distinto.” O jogo de identidades é naturalmente um espaço de conflitos na dinâmica social e constitui um espaço de questionamentos e disputas onde a sobreposição de uma identidade sobre a outra pode significar o ofuscamento ou apagamento do poder de expressão de um grupo, sendo assim, a garantia da legítima atuação do grupo no contexto em que se desenvolve também significa a sua existência no espaço/tempo e a sua distinção e reconhecimento sobre as demais identidades. Assim também aponta Bourdieu,

[...] existir não é somente ser diferente, mas também ser reconhecido legitimamente diferente e em que, por outras palavras, a existência real da identidade supõe a possibilidade real, juridicamente e politicamente garantida, de afirmar oficialmente a diferença – qualquer unificação, que assimile aquilo que é diferente, encerra o princípio da dominação de uma identidade sobre outra, da negação de uma identidade por outra. (BOURDIEU, 1989, p.129)

O reconhecimento de um conjunto de equipamentos que ocupam a paisagem e estabelecem um referencial de cultura através do nome e da imagem

dentro de um contexto que já os reconhece como parte da sociedade e grupo fundante do território político é a concretização do material simbólico que mantem a unidade cultural coesa e passível de ser atravessada no tempo pela memória coletiva. Entendendo que a percepção de cada indivíduo sobre os objetos passa por um campo muito particular onde está envolto um complexo conjunto de sentimentos e experiências que compõem sua própria experimentação do espaço, como expõe o filósofo Georges Didi-Huberman ao tecer uma análise sobre imagens que registrou em uma visita de um espaço que carrega forte apelo emocional para sua família e ao relatar sua experiência descreve:

O que a casca me diz a respeito da árvore. O que a árvore me diz a respeito do bosque. O que o bosque, o bosque de bétulas, me diz a respeito de Birkenau. Essa imagem, naturalmente, como as outras, é quase insignificante. Quase insignificante, uma coisa superficial: [...] Sempre tudo na superfície e por superfícies entremeadas. Superfícies técnicas para testemunhar apenas a superfície das coisas. O que isso me diz a respeito do fundo, o que isso atinge no fundo? A maioria das imagens, bem sei, não tem maiores consequências. Milhares de turistas vieram a Birkenau antes de mim, empunhando câmeras, e milhares de vezes posicionaram suas lentes, imagino, exatamente como posicionei a minha. A cada qual o seu álbum, poderíamos dizer. Essas imagens, quase sempre, transformam-se em tesouros particulares – como as imagens oníricas, só são intensas e significativas na lembrança pessoal de quem as preza. (DIDI-HUBERMAN, 2017, p.131)

Dentro do turismo cultural o que está em foco é a representação de um determinado grupo ou etnia e tudo que implica o existir deste,

objetivamente e subjetivamente no espaço. A multiplicidade de percepções daqueles que atuam diretamente no contexto imediato do espaço e daqueles que o visitam motivados cada qual por seus interesses está envolvida uma indissociável expressão de posse sobre a imagem que compõe a paisagem. Ainda que as percepções sejam individualizadas, a materialidade do objeto impõe a cultura do grupo sobre os usuários e consequentemente sua identidade sobre a dinâmica social que ali opera. É via de fato que a imponência do objeto acentua a existência da cultura, e principalmente a ativação do objeto com o coletivo através das atividades que ali acontecem.

Considerações Finais

Ao longo desse texto foram levantadas inúmeras questões que perpassam a complexidade dos estudos sobre a identidade e suas relações no espaço e tempo e principalmente na manutenção da memória e construção da história. Frente a dinamicidade do tema está imbricada sua relevância sobre as dinâmicas que cria e estabelece no contexto deste estudo. O material simbólico que se constrói com a instalação de um conjunto de equipamentos sobre uma paisagem de destaque para a cidade de Erechim torna-se referencial da cultura deste grupo para o âmbito local e o impulsionamento dessa experiência com a atividade turística expande de forma expressiva o poder simbólico dessa etnia sobre a região e para além das fronteiras conhecidas sobre o espaço em que se desenvolve.

A arquitetura enquanto instrumento na constituição de uma imagem nova sobre a paisagem e categoria de representação da identidade desse grupo constrói uma relação afetiva através da memória coletiva com os usuários que a reconhecem como parte da própria história, ou seja, percebem o sentimento de pertencimento. Também é através da arquitetura e da cenografia no espaço que a identidade desse grupo se impõe sobre aqueles que motivados pelo turismo experimentam o espaço e percebem a força de expressão cultural que o ambiente oferece.

O referencial que se estabelece na paisagem do Vale Dourado ao encontrar aderência no contexto local e regional garante a perpetuação da memória coletiva do grupo no tempo e a manutenção da identidade sobre os símbolos materializados através dos objetos arquitetônicos que compõem a rota. Sendo assim, é possível definir o papel simbólico da fisicalidade dos objetos

enquanto monumentos como categorias fundamentais de representação daquilo que mantém coesa a unidade de um grupo e toda a dinâmica cultural que implica a expressão da sua identidade no espaço. Perceber que os agentes que detém a possibilidade de atuação na paisagem também determinam a movimentação do coletivo e, este motivado através do reconhecimento subjetivo dos símbolos participa da proteção e promoção destes objetos como garantia da sua própria existência é trazer luz sobre essa dinâmica que se reproduz em diversas escalas.

A manutenção dos limites de expressão cultural do grupo enquanto protagonista sobre o espaço é assimilada pelos agentes e pelos visitantes que percebem na paisagem um recorte importante da cultura local, possibilitando a compreensão de que na experiência do Vale Dourado a região é definida no espaço a partir da representação simbólica do grupo que atua sobre ela.

Referências:

BADALOTTI, Claudine Machado. *Arquitetura, Etnicidade e Patrimônio: As construções da imigração italiana na rota Caminhos de Pedra no Rio Grande do Sul*. Orientador: Dr. João Carlos Tedesco. 2015. 172 p. Dissertação (Mestrado) - Passo Fundo, Universidade de Passo Fundo - Programa de Pós-Graduação em História, 2015.

BOURDIEU, Pierre. *A identidade e a representação: Elementos para uma reflexão crítica sobre a ideia de região*. In: BOURDIEU, Pierre. O poder simbólico. Rio de Janeiro: Bertrand, 1989. cap. V, p. 107-132.

DIDI-HUBERMAN, Georges. *Cascas*. Tradução de André Telles. Serrote: Uma Revista de Ensaios, Artes Visuais, Ideias e Literatura, São Paulo, n. 13, p. 99-133, mar. 2013.

GONÇALVES, Janice. *Lugares de memória, memórias concorrentes e leis memoriais*. Revista Memória em Rede, Pelotas, v. 7, n. 13, p. 15-28, 11 ago. 2015.

GONÇALVES, José Reginaldo. *Autenticidade, memória e ideologias nacionais: o problema dos patrimônios culturais*. Estudos Históricos: Identidade Nacional, [s. l.], v. 1, ed. 2, 1 dez. 1988.

HATUKA, Tali. *A obsessão com a memória: o que isso faz conosco e com as nossas cidades?* In: CYMBALISTA, Renato; FELDMAN, Sarah; KÜHL, Beatriz M. Patrimônio Cultural: Memórias e Intervenções Urbanas. Annablume, 2017.

NORA, P. (1993) *Entre memória e história: a problemática dos lugares.* Projeto História. São Paulo: PUC-SP. N° 10, 1993. 22p.

TEDESCO, João Carlos. *Ruminantes de memórias: sentimentos, experiências e silêncios deliberados.* Revista História: Debates E Tendências, [s. l.], v. 13, ed. 2, p. 343-353, 2013.